

O ENSINO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: DESAFIOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E EDUCATIVOS.

Marla Edimara Moreira da Silva¹

RESUMO

O presente trabalho norteará algumas concepções e desafios históricos sobre o ensino da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Sabendo que a historicidade é um leque para o compreender dos fenômenos históricos, sociais e culturais, servindo como um norte para a análise do ensino de Jovens e Adultos na contemporaneidade. Contemporaneidade esta que nos encaminha a compreender os aspectos históricos presentes no ato de ensinar pessoas adultas, das quais já trazem para a escola o conhecimento e as experiências de vida como meio da socialização e aprendizado já vivenciado no seu dia a dia. Como base na leitura dos autores: Mészáros (2008), Vallejo (2002), Gadotti (2011) e Ferraro (2009) se buscará entender o viés construtor dos ideários da educação de jovens e adultos ao longo da história da educação brasileira. Portanto, é com base nos aspectos históricos e da reflexão teórica, que se norteará pontos relevantes para a discussão do ensino da EJA e sua teorização na formação docente em contraponto as normas regularizadoras desta modalidade de ensino no sistema educativo brasileiro.

Palavras Chaves

Historicidade - Educação de Jovens e Adultos - Ensino

INTRODUÇÃO

A Educação Brasileira ao longo dos séculos passa por um processo contínuo de adaptação das novas vertentes (métodos, técnicas e metodologias de ensino) e paradigmas elencados e sistematizados em nossas escolas por meio de modalidades e níveis de ensino. Nesta perspectiva norteia-se a modalidade de Educação de Jovens e Adultos como uma das que menos é debatido, discutido e refletido em nosso sistema de ensino.

Assim, entender sobre o ensino da EJA é fazer uma viagem no passado de nossa história como pessoas e sociedade organizada civilmente. Viajar por um processo histórico de um País colonizado em banalizado culturalmente até chegar as virtudes dos dias atuais. Isso faz

¹ Aluna do Curso de Pedagogia do CFP/UFCG - silvacz@bol.com.br

da história um dos principais elementos de estudo da origem do EJA na contemporaneidade.

1. IDEOLOGIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

O Brasil desde o seu descobrimento no globo terrestre passa por um processo de mutação e adequação a realidade preestabelecida pela educação herdada dos Portugueses. Assim, como a massificação cultural de nossa matriz étnica, os Índios.

Neste viés, a historicidade mostra uma reviravolta de conhecimentos adquiridos e o surgimento e evolução de novos conhecimentos em meio a extinção e o aparecimento de novas etnias no meio de nosso povo.

É nesse passo a passo emergido por novos conhecimentos, que o Brasil caminhou seus primeiros anos de descobrimento pelo controle da Coroa Portuguesa. Caminhar esse que fez do nosso solo um dos mais produtivos de cana de açúcar, com seus grandes engenhos e moinhos. Necessitando-se do trabalho escravo braçal como meio de manter o nível de produção em foco, a escravidão ganhou o espaços dos Índios, e assolou milhares de negros em fazendas e grandes casarões por mais de três séculos.

Neste percurso de mais de 300 anos a educação ministrada para como esse povo se deu por meio da chibata, massacres e torturas físicas e morais de vastas gerações submissas ao descaso e falta de desrespeito pelo ser humano.

É nessa fase da história dos engenhos e das grandes fazendas que nasce um dos maiores problemas enfrentados no Brasil até os dias de hoje, o analfabetismo. Analfabeto que por tempos somente aprendeu a ser escravo de si mesmo, escravo de suas limitações, escravo de um regime colonialista ganancioso e desumano, que pôs a sociedade atual ir buscar no passado uma resposta para as perguntas do presente. Perguntas essas que nas salas de Educação de Jovens e Adultos se faz pelos que ali adentram na busca de compensar o que na idade cognitiva certa, não tiveram como fazer por necessitarem do trabalho como fonte de sobrevivência em meio as necessidade vitais do corpo humano. Buscando na escola a compreensão de sua própria existência como pessoas e seres pensantes. Pois se veem como os seus antepassados, presos por não mais correntes, e sim por a ganância de uma sociedade capitalista excludente.

2. A HISTÓRIA DO ANALFABETISMO NO BRASIL

Ao passo que a sociedade brasileira evolui no seu contexto, as raízes do passado do

Coronerismo ainda perpassa os tempos em meio aos grandes índices de analfabetismo no Brasil.

Esses índices são históricos de nossa origem desde Colônia Real há sociedade organizada. Com a chegada dos Jesuítas em nosso solo, buscou-se a alfabetização como meio de integração entre sujeito e o conhecimento escrito, almejando no mesmo patamar a sistematização dos saberes escritos entre ambos. Só que, a forma como se deu o processo de ensino em nosso País, elencou uma divisão social de classes, assim pode-se compreender a partir do momento que a alfabetização começou a ser ministrada a alguns e outros não. Neste momento da história surgia a necessidade da colônia na de mão de obra para a extração de suas riquezas e posteriormente o uso destas mesmas mãos, nos trabalhos domésticos para os portugueses.

Segundo Ferraro (2009: 47):

... esse tipo de sociedade - agrária, latifundiária e escravista - teria cavado a própria sepultura se houvesse favorecido o alargamento da escolarização e alfabetização do povo. É inegável o fato de que a imensa maioria da população, tanto do Brasil colonial como do Brasil imperial, não sabia ler e escrever.

É nesta fase da história do Brasil que se a ganância dos grandes proprietários de terras e até mesmo dos primeiros políticos de nosso País, transformaram gerações e mais gerações em seres desprovidos dos conhecimentos escritos. Essa maliciância se fez como meio de manter presos a terras, pessoas que viviam como seres não humanos. Faziam de suas mãos calos, cicatrizes em seus rostos, amarguravam-se suas mentes com o cansaço do trabalho escravo e desumano.

Assim, para Lopes (1985: 54):

... a economia brasileira continuava apoiada no campo e o fator de riqueza provinha do trabalho servil, controlado por uma aristocracia rural. Essa aristocracia não tinha interesse na difusão do ensino, nem no cumprimento da norma constitucional; todo elemento humano labutava nos campos ou no garimpo, desde a mais tenra idade, e seria desperdício o tempo empregado nos bancos das escolas pelos habitantes de suas glebas.

No entender do proprietário das terras o homem era de uso exclusivo do mesmo. Ficando submisso ao seu poder e restrito de frequentar a escola. Pois para o senhor de engenho, o escravo ou trabalhador braçal ao ir estudar estaria perdendo seu tempo em posteriormente diminuindo os ganhos da produção.

Com isso, os números exercivos de analfabetos ganhou o fôlego da Zona Rural no Brasil. Chegando aos seus altos índices, o analfabetismo começou a ser visto posteriormente anos depois, nos anos de 1920 e diante com um novo olhar. Olhar esse que buscou reduzir um problema histórico e social impetrado na educação de nosso País.

Portanto, segundo Lopes (1985: 55):

Até o final do Estado Novo, o problema da educação de adultos vai ser discutido como parte daqueles relativos a educação popular (enquanto instrumentação elementar e luta em favor da difusão do ensino primário) [...] A partir do então ganha autonomia, passando a ser tratado quase exclusivamente como alfabetização e educação de base, ou educação fundamental [...] sabe-se que essa iniciativa do Estado pretende-se de modo especial a divulgação dos índices de analfabetismo no país, o Recenseamento Geral de 1940 apurara uma quota de analfabetos igual a 55% nos grupos de população com idade de 18 anos e mais.

Isso explica o surgimento da Educação de Jovens e Adultos tendo como base os altos índices de analfabetismo e a idade dos sujeitos fora do processo de escolarização da Escola.

3. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil, surgiu por meio da necessidade dos novos modelos educacionais e juntamente como frutos de outras tentativas de implementação de programas de alfabetização desenvolvidos por meio da iniciativa popular , dos movimentos sindicais e das associações de trabalhadores que lutaram pelo acesso as escolarização e pelos seus direitos sociais, políticos e humanos.

Entre essas lutas por direitos educacionais e por uma educação plausível a todos, foi durante a Ditadura Militar, que no Brasil começou-se a debater a importância da educação de adultos juntamente com inovações metodológicas de reflexão sobre o papel social do pensamento pedagógico naquela época. Pensamento este, que propôs ao Governo Federal, Estados e Municípios começarem a ver a educação dos adultos com uma necessidade de adequação social necessária aquele momento de transformação do país.

3.1 PROGRAMAS DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO NO BRASIL

No final da década de 40 e início dos anos 50, torna-se uma necessidade promover a educação do povo para acompanhar a fase de desenvolvimento que se instalava no país, era preciso formar os contingentes de mão-de-obra necessários para atender ao crescimento das indústrias.

Nesta responsabilidade em desenvolver mão de obra que suprisse a necessidade da produção capitalista naquela época no país, o Governo, por meio do Departamento de Educação Nacional e de incentivos da Organização das Nações Unidas (ONU) deu inicio a sequencia de programas a serem almeçados nas escola do Brasil.

Segundo, Lopes (1985: 59):

Em 1962, começa a delinear-se uma nova ofensiva da União no setor de alfabetização dos adultos. Os índices de analfabetismo ainda assustam: á época, eram 20 milhões de analfabetos registrados na população adulta (o equivalente a 50% da população maior de 18 anos) . *Na America Latina, somos nós o país que tem a maior proporção de analfabetos adultos e de crianças fora da escola*, afirmava o Professor Darcy Ribeiro, Ministro da Educação e Cultura, quando da apresentação do Plano Nacional de Educação, aprovado pelo CFE, em setembro daquele ano.

Nesta perspectiva o Brasil daquela época precisava urgentemente de políticas voltadas para a necessidade do mercado e qualidade na prestação de serviços. Necessidades está que possibilitou o surgimento de programas como: Cruzada do ABC (Cruzada da Ação Básica Cristã (ABC)), Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), Alfabetização Solidária e na atualidade o programa Brasil Alfabetizado, que é destinado a alfabetização de jovens e adultos ainda fora do contexto da escola.

Segundo, Silva (2012):

O MOBRAL constituiu-se como organização autônoma em relação ao MEC, instalando-se em todos os municípios do Brasil por meio de comissões municipais constituído através de negociações entre o prefeito e a sociedade civil local, priorizando-se principalmente aqueles municípios com maior possibilidade de desenvolvimento, fortalecendo o modelo de dominação vigente através de materiais didáticos, livros de integração que transmitiam as idéias relativas à comunidade, pátria, família, deveres cívicos etc. [...]As orientações metodológicas e as matérias didáticas do MOBRAL reproduziram muitos procedimentos consagrados nas experiências de inícios dos anos 60, mas esvaziando-os de todo o sentido crítico e problematizador. [...]Na verdade, o MOBRAL foi concebido como um sistema educacional que visava o controle da população, formando opiniões de uma grande camada da população através de um redirecionamento que impedia qualquer prática de libertação e conscientização do ser humano visando à integração a um modelo brasileiro que ansiava para a hegemonia de um regime político.[...] Em sua totalidade o MOBRAL foi um malogro, seja nas suas intenções eleitoreiras, seja na intenção de promover a alfabetização das grandes massas de iletrados do país. [...]No entanto, a solução encontrada para o MOBRAL não foi à extinção foi à troca dos nomes da organização, sem, contudo modificar sua estrutura e orientação. Em 1985, o MOBRAL passou, assim a denominar-se, de Fundação Educar, com sede em Brasília. Agora dentro das competências do MEC e com finalidade específicas de alfabetização, essa fundação não executava diretamente os programas, passava a fornecer apoio técnico e financeiro as ações de outros níveis públicos, de Organizações não Governamentais (ONGs) e de empresas. [...]

O MOBRAL possibilitou mudanças positivas e ao mesmo tempo um grande fracasso

na sua execução, da qual possibilitou posteriormente o surgimento de novos programas e de políticas educacionais voltadas para a área de educação de adultos no Brasil.

Com isso, na atualidade se faz presente no âmbito da educação nacional o programa Brasil Alfabetizado. Programa viável a alfabetizar o restante de nossa população que ainda se encontram como analfabetos funcionais ou totais. Sendo o mesmo, um programa presente em 100 % do território nacional, de responsabilidade dos Estados e Municípios, desenvolvidos com verbas oriundas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

3.2 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO DO BRASIL. LEI 9394/96.

Ao passar dos anos e a evolução da educação no Brasil, o Ensino de Jovens e Adultos ganhou respaldos legais por meio de normas, resoluções e leis, que deram a educação um olhar especial para essa modalidade de ensino.

A nossa Constituição Federal de 1988 no seu Art. 208 assegura que:

“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”

Garantia essa que possibilita um ensino a todos sem distinção de classe, trabalho, cor e etc. Possibilitando o adulto frequentar a escola e ao Estado dispor de todo um aparato legal de garantia desses direitos aos mesmos.

Segundo a LDB (2010, pg. 32-33):

Seção V

Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1o Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2o O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a

permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

28§ 3o A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na formado regulamento.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1o Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2o Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Com base nesse exposto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é assimilável a abrangência da regulamentação do ensino de jovens e a adultos na contemporaneidade. Normatização que faz desta modalidade de ensino um grande campo de estudo e debate metodológico em torno das políticas educacionais e da execução de seus projetos e programas educacionais de alfabetização em vigor no Brasil.

4. O ENSINO DA EJA E A REALIDADE SOCIAL DO EDUCADOR-EDUCANDO

Na contemporaneidade a escola moderna, tecnológica, científica e democrática, abre seu espaço para a sistematização de saberes e a construção de conhecimentos para o bem estar intelectual, afetivo, político e social da sociedade de forma geral.

Nesta perspectiva dialogar com a sociedade, seus sujeitos ativos e operantes dentro do processo de formalização da educação, é viabilizar uma nova visão em confrontos com desafios históricos, sociais e educativos, frente a necessidade de adaptação da sociedade moderna, aos novos paradigmas que constantemente surgem do avanço do homem em seu meio natural.

Segundo, Romão (2011. pg. 62):

Neste aspecto, as fronteiras entre a educação de jovens e adultos se confundem com as do ensino regular voltado par a clientela que está na idade própria. Flexibilidade, variedade e informalidade, entre outros, são os atributos de qualquer projeto educacional que vise á abertura de espaço para todas as formas de representação social.

Nesta visão a educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino que oportuniza o individuo a recuperar o tempo escolar que não foi possível ser trabalhado dentro do ensino regular e na faixa etária exigida.

Ao ensinar na educação de jovens e adultos, os aspectos sociais do sujeito, sua forma de

viver em sociedade, seu diálogo com o mundo e suas práticas cotidianas modificadoras de paradigmas, que possibilita um novo olhar entre sujeito-sociedade-escola.

Para, Gadotti (2011. pg. 112):

O **Estado** deve ser o principal articulador, mas não o articulador exclusivo. É preciso um planejamento que compreenda a integração entre as várias esferas de poder, de modo que possam dar conta do conjunto complexo de problemas concernentes à universalização da educação básica. É evidente que a dimensão desses problemas extrapola em muito as atribuições dos órgãos responsáveis pela educação.

Nesta perspectiva de articulação presente na educação é viável uma parceria entre vários seguimentos da sociedade, que juntos almejem dentro da escola moderna, tecnológica e científicas, propostas de ensino e projetos sociais como base profissional e educativa para o ensino da EJA à jovens e adultos.

Portanto a construção de novos paradigmas educativos torna a sociedade uma parceira da educação ao trabalhar o educando juntamente com seu próprio campo de convivência, a sociedade e a socialização dos conhecimentos prévios ao ler e escrever na escola.

Assim, a estrutura educativa social e sua dinâmica faz da realidade social e o ensino da EJA elementos sistemáticos e pertinentes ao seu fazer dentro do contexto da educação moderna.

4.1 A FORMAÇÃO DOCENTE PARA O EJA.

A formação docente na área da educação de jovens e adultos, passa por um processo de adaptação e mudanças curriculares nos cursos de licenciatura no Brasil. Essas mudanças são notáveis até mesmo na discussão dentro dos cursos de formação de professores das principais Universidades e Faculdades do País.

O elemento de formação docente nesta perspectiva de formar professores para atuarem na EJA, se dissolve da realidade do educador formado pela academia. Apesar de ser um progresso histórico, em plena contemporaneidade, o ensino da EJA ainda sobre com a sua inclusão como prioridade dentro da Graduação do professor. Fato esse que trás um debate para servir de reflexão ao futuro professor, formado atualmente em nossas Instituições de Ensino Superior.

Por que falta a disciplina de EJA em todos os cursos de licenciatura no Brasil? Por que quando há essas disciplinas, não existe outras complementares? O professor de Matemática, Química e Física, não vão ensinar em turmas de EJA? Por que o Governo não

investe em Especializações a distancia e cursos de extensão para os professores atuantes em turmas de EJA, que não tiveram disciplinas em seu currículo de formação profissional?

Estes questionamentos são congruentes com a realidade hoje debatidas por Graduandos e Graduados, ao se depararem com as novas demandas do sistema de ensino em vigor no nosso país e as políticas públicas para uma educação moderna, democrática e científica.

5. PERSPECTIVAS PARA O EJA NA EDUCAÇÃO DO AMANHÃ

Ao relacionar fatores e fatos históricos e sociais ao debater e discutir sobre o ensino da EJA, formação docente e sua relação no contexto educacional e político. Pudemos elencar para o futuro uma nova visão multidisciplinar e contextualizada do ensino de jovens e adultos nas escolas brasileiras. Visão está modernizada pela escola científica, ampla ao recepcionar o educando juntamente com seus conhecimentos e valores sociais, humanos, intelectuais, que tornará no futuro a acessibilidade de todos os excluídos pela sociedade capitalista nas cadeiras de nossas salas de aula.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino seja ele na sua modalidade ou nível requer do educador uma dedicação exclusiva na execução de metas e articulações em torno do ensinar e aprender. Nessa perspectiva uma boa formação profissional faz do educador um profissional preparado para lidar com o contato concreto entre teoria e prática.

Contato este, que estabelecido dentro do contexto da escola, no campo de sua atuação faz a diferença no aprendizado dos sujeitos que ali buscam a sistematização dos saberes como uma socialização do ato de ler e escrever.

A necessidade de conhecer e aprender conhecendo, mediante os desafios ou não, do processo seja ele de ensinar ou aprender com a educação de jovens e adultos (EJA), possibilite por meio de seu percurso histórico, social e político, um novo olhar sobre sua própria prática docente ou até mesmo da sua formação discente, diante das necessidades de adaptação entre sujeito e sociedade.

Portanto, debater sobre a EJA é ir além do contexto histórico de sua origem, é equipará valores sociais e humanos, respeitando as diferenças, limites e crenças de um povo ou de sujeitos ativos, dentro do processo de ensino-aprendizagem e na formação de sua identidade cultural como ser pensante, regado de ideologias e construtores de suas próprias

histórias.

7. REFERENCIAS

BRASIL, Constituição. **Constituição Federal Brasileira de 1988.**

BRASIL. Ldb : **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** : lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. - 5. ed. Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

FERRARO, Alceu Revanello. **História inacabada do analfabetismo no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José. **Educação de jovens e adultos: teoria e prática.** 3º ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire. (Guia da escola Cidadã; v.5), 2001.

LOPES, José Loureiro. Governo do Estado da Paraíba. **Educação de jovens e adultos no Brasil: legislação e ideologia.** João Pessoa. 1985.

MÉSZÁROS, István. **A educação além do capital.** Trad.: [Isa Tavares]. 2-ed.. - São Paulo: Boitempo, 2008.

SILVA, Solange Pereira. **Situação da educação de jovens e adultos em uma escola da rede pública de ensino do município de marabá.** Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado para obtenção do grau de Licenciadas Plenas em Pedagogia, da Universidade Federal do Pará/UFPA, Campus do Sul e Sudeste do Pará. Orientadora Professora Cleide Pereira dos Anjos. [On line]. <http://forumeja.org.br/node/589>. Acessado em 25/04/2013 às 15:00 horas.

VALLEJO, José M. Bautista. Escola aberta e formação de professores: elementos para a compreensão e a intervenção didática. Rio de Janeiro: DR&A, 2002.